

Base Virtual Internacional de Autoridade¹²

Apresentado por
Dra. Barbara B. Tillett

Coordenadora, Divisão de Controle Bibliográfico da IFLA
e
Chefe, Políticas de Catalogação & Escritório de Suporte
Biblioteca do Congresso
para o 5º. IME ICC, , Pretória, África do Sul
14 de Agosto de 2007

Tem sido frequente a observação que a Web atual é caótica quando se pretende encontrar informação. Ela necessita de ajuda e nós podemos contribuir !

Introduzindo um elemento de controle de autoridade para o meio Web nós poderemos colaborar para encontrar esses objetivos:

- facilitando o intercâmbio de dados para reduzir custos de catalogação. Nossa comunidade vem expandindo, especialmente na Europa nesses dias, onde as bibliotecas tem convivido com arquivos, museus, e agências de gerenciamento de direitos como “instituições de memórias”. Isso também é verdadeiro nos países Africanos? Nós esperamos que as bases de dados de autoridades possam ser utilizadas por todas as comunidades. Intercâmbio de informações de autoridades tem adicionado um benefício para reduzir os custos globais para a realização de trabalhos de controle de autoridades enquanto possibilitam um acesso controlado e melhor precisão nas buscas.

Os objetivos para controle de autoridades são:

- simplificar a criação e manutenção de registros internacionais de autoridades e
- permitir que os usuários tenham acesso à informação na língua, escrita, e forma que eles tem preferência ou que as bibliotecas locais ofereçam para eles.

A virtualidade para o controle de autoridades tem sido debatida e relatada por décadas. Quando nós aplicamos o controle de autoridade no ambiente da Web, nós estamos lembrando como isso pode trazer precisão nas buscas, como a estrutura sintética de referências facilitaria a navegação e proveria explanações sobre as variações e inconsistências, como as formas controladas de nomes e títulos e assuntos ajudaria colocar as obras nos displays (telas), como nós podemos efetuar conexões para as formas autorizadas de nomes, títulos, e assuntos que são usados em várias situações, como diretórios, biografias, resumos e serviços de indexação, e assim por diante. Nós podemos usar a capacidade de conexões para incluir catálogos de bibliotecas em vários mix de ferramentas que estão disponíveis na Web.

As formas de controle usados para o acesso e displays permitem consistência para os usuários.

¹Ver também :

“Authority Control on the Web,” Barbara B. Tillett. In: *Proceedings of the Bicentennial Conference on Bibliographic Control for the New Millennium: Confronting the Challenges of Networked Resources and the Web*. Washington, D.C., November 15-17, 2000. Sponsored by the Library of Congress Cataloging Directorate. Edited by Ann M. Sandberg-Fox. Washington, D.C.: Library of Congress, Cataloging Distribution Service, 2001, p. 207-220.
<http://www.lcweb.loc.gov/catdir/bibcontr/tillett.html>

² Tradução feita pela Bibliotecária Márcia Rosetto, Presidente da Federação Brasileira de Associações de Bibliotecários, Cientistas da Informação e Instituições – FEBAB, junho de 2008.

Nós temos consciência dos vários OPACs “pobres” para efetivar as referências cruzadas ou conectar bases de dados de autoridades e sem essas facilidades, francamente, eles não são Catálogos !

Há muitas condições tecnológicas que estão vindo agora e nós realmente poderemos tornar uma realidade a base virtual de dados de autoridade....

Isso é virtual porque na realidade não é uma base mesmo, mas sim um sistema conectado com Bases de Autoridades que já existem (Figura 1)

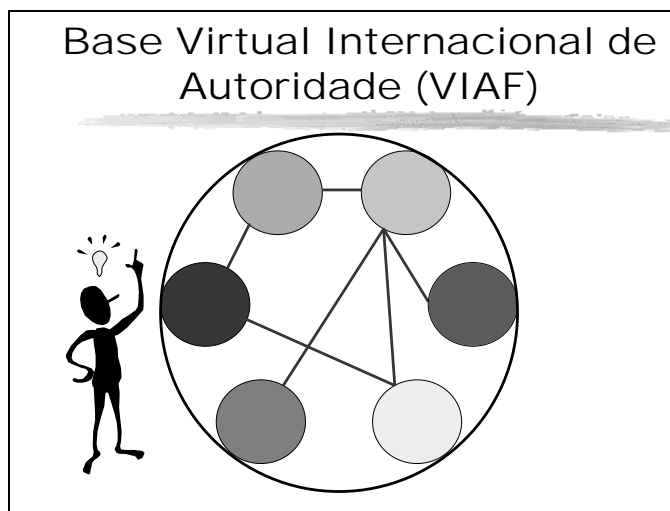


Figura 1

Nós também vamos fazer uma mudança histórica da forma de como nós vemos o Controle Bibliográfico Universal (CBU). Os princípios da IFLA CBU para o controle de autoridade são paralelos para todos os tipos de controle bibliográfico, isto é

- cada país é responsável para os cabeçalhos autorizados para os seus próprios autores pessoais e corporativos e
- os registros de autoridades criados por cada agência bibliográfica nacional poderia tornar disponível para todos os outros países que necessitam de registros de autoridades para os mesmos autores. E mais, os mesmos cabeçalhos poderiam ser usados em nível mundial.

Nos anos 1960's e 1970's quando isso foi realmente alcançado, a tecnologia não tinha ainda avançado para realizar tais possibilidades num nível internacional. Adicionalmente a falta de fundos para um centro internacional para gerenciar um programa com esse conceito visionário não permitiu tornar em realidade.

Nesses últimos anos uma nova visão do Controle Bibliográfico Universal está emergindo advindo de vários grupos de trabalho com a IFLA. Essa nova perspectiva reforça a importância do controle de autoridade, colocando o usuário em primeiro lugar... Isso coloca em prática que um usuário na China pode não querer usar um cabeçalho para Confúncio na forma Latinizada, mas em sua própria escrita. Similarmente usuários no Japão ou Coréia gostariam de ver um cabeçalho na sua própria escrita e língua (Figura 2).

Nova visão do CBU

- Perspectiva do usuário – para o display escrita/língua(s) do seu próprio país
- Agências bibliográficas são responsáveis pelo controle no seu próprio país (ou região/regas de catalogação, etc.)
- Formas de conexão estabelecidas para bases de autoridades “nacional” ou “regional” para criar uma base virtual internacional de autoridade

Figura 2

Ainda para ser ver os benefícios do intercâmbio desse trabalho e criar os registros bibliográficos que podem ser reutilizados em nível mundial, nós podemos conectar formas autorizadas de nomes, títulos, e mesmo assuntos através das bases de autoridades das agências bibliográficas nacionais e outras agências regionais para criar uma base virtual internacional de autoridades. Existem vários modelos para realizar esse trabalho e nós necessitamos fazer projetos piloto de protótipos de três modelos para testar qual poderia ser o melhor. Para se verificar qual seria mais usado pelos usuários das bibliotecas em cada país, os procedimentos devem ser feitos para eles lerem! Que idéia nova!

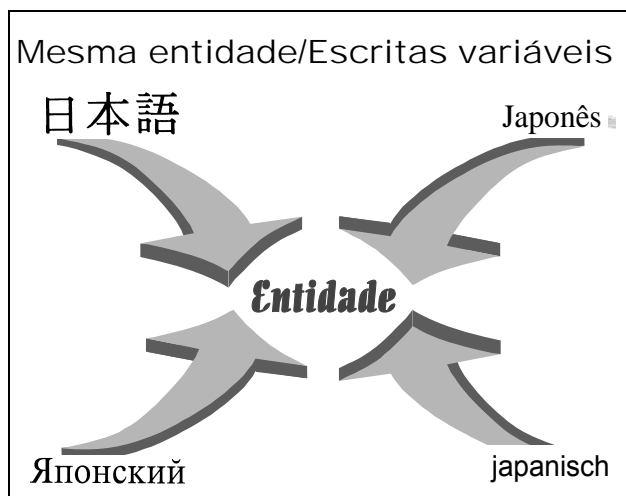


Figura 3

A figura 3 mostra que os nomes que damos para uma entidade pode ser expressa em muitas línguas e muitas escritas. Por exemplo, nós poderemos escrevê-la em Inglês ou Alemão com a escrita romana, em Árabe com a escrita Arabica, em Russo em escrita Cirilica, ou em Japonês (nos três procedimentos!) e em muitas outras línguas e escritas.

Transliteração pode servir como um caminho para alguns usuários tornando os registros decifráveis, mas muito melhor é a acurácia da escrita original.

Nós poderíamos oferecer referências cruzadas para as variações das formas dos cabeçalhos em diferentes escritas quando for apropriado. Nós poderíamos eventualmente proporcionar no display a escrita e forma do cabeçalho que o usuário espera e quer.

Eu acredito que muitos catalogadores apoiarão se a IFLA considerar o valor da preservação dos registros de autoridade paralelo para a mesma entidade. Isso leva-nos a refletir sobre as

necessidades nacionais e culturais para os usuários individuais, e ao mesmo tempo considerar a indicação da estrutura sintética das referências cruzadas e formas autorizadas do cabeçalhos para serem usados em nossos catálogos que atendem audiências específicas. Também deve-se considerar a inclusão de variantes em escritas alternativas, ao menos as referências cruzadas para agora.

Como vemos nós devemos reconhecer que as diferentes regras de catalogação tem diferenças no que eles consideram como entidades – as escolhas do AACR2's não são universais, por exemplo as regras da Alemanha (*Regeln für die alphabetische Katalogisierung- RAK*) não reconhecem que os navios podem ter uma entrada pelo nome do navio, assim eles não tem um registro de autoridade para os nomes dos navios. Similarmente para eventos. Para encontros de nomes corporativos, as regras da Alemanha não criam um cabeçalho para a entidade que o AACR2 cria como cabeçalho hierarquicamente subordinado para um evento abaixo do nome da entidade corporativa.

Também há praticas diferentes para nomes não diferenciáveis – os alemães recentemente mudaram suas regras para diferenciar mais nomes – eles comumente usam formas para diferenciar nomes de pessoa usando apenas as iniciais para sobrenomes. Eles ainda não requerem nomes completos ou um nome qualificado para distinguir como as Regras de Catalogação Anglo-Americano faz.

Entretanto, mesmo usando a mesma regra de catalogação, diz o AACR2, quando temos mais informações para diferenciar um pessoa, nós fazemos um novo registro de autoridade para diferenciar essa pessoa de outros grupos junto com outras formas do nome. Isso também significa que o registro para diferenciar nomes podem refletir diferenças em entidades associadas em outro tempo.

Alguns sistemas locais já proporcionam com o uso de mecanismos automatizados para conferir automaticamente cabeçalhos contrários numa base de autoridade, e nós poderemos ver isso expandido para implementar uma busca numa base virtual internacional de autoridade, se não encontrado localmente.

Nós podemos ter uma visão da capacidade de mostrar os cabeçalhos similares encontrados vindos de uma base virtual para o catalogador editar ou inserir uma informação , se desejar, no registro de autoridade local, incluindo as informações captadas para uma futura conexão.

Alguns sistemas agora proporcionam recuperações específicas da comunidade e concentram nos assuntos necessários da comunidade quando da seleção de recursos para buscas on-line, e outros sistemas como “minha biblioteca” ou “meu opac” mesmo através de recuperações individuais específicas. Isso poderia construir pré-referências de autoridade em escritas que o usuário quer e colocar no displays para vocabulários controlados.

Nós queremos ter formas autorizadas preferidas pelas bibliotecas como um padrão oferecido para muitos usuários, mas nós também temos que ter a visão oferecida pelo usuário quando seleciona suas preferências através do software – aplicativo cliente, como os “ cookies” que deixam o usuário especificar suas preferências de língua, escrita, ou preferências culturais como por exemplo preferências para alfabetos quando há variações culturais, como Inglês Americano e preferências de alfabeto na Grã-Bratânia – trabalho (em inglês labor e labour) (ver Figura 4).

Dispositivos para displays (tela)

- ♦ Padrão na biblioteca
- ♦ Preferências selecionadas pelo usuário
 - Escolha do cliente, "cookies," ou futuro método
 - Língua
 - Escrita
 - Cultura (país)/alfabeto
 - Labor versus Labour (em Inglês)




Figura 4

Há muitos caminhos que poderiam atualmente ser aplicados e sugerimos alguns cenários em outros textos anteriores. Vamos ver rapidamente dois deles.

Cenário 1

Criar registro bibliográfico

100 1 Ꞥa Tchaikovsky, Peter I
245 Ꞥa Concerto de piano

Verificar a base de autoridade local

Figura 5

No cenário 1 (Figura 5) o catalogador digita a informação no registro bibliográfico e o sistema local verifica na base de autoridade local. Na figura 6 o sistema local encontrou o registro na base de autoridade local e mostra e o catalogador pode confirmar se o nome é a mesma entidade.

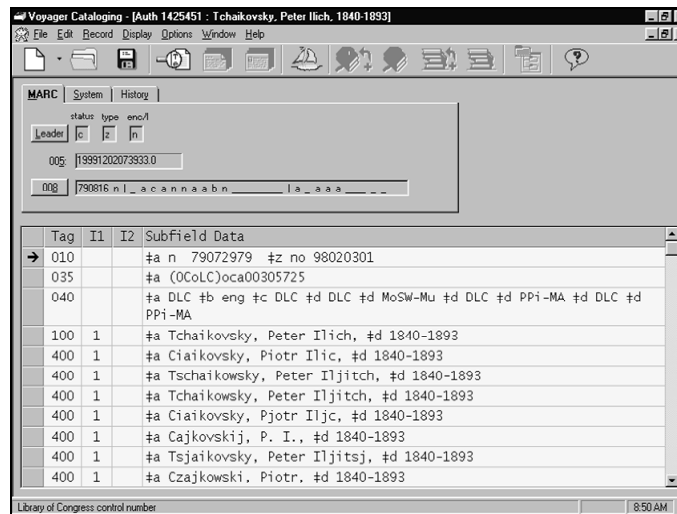


Figura 6

E nós gostaríamos que o sistema automaticamente atualizasse o registro bibliográfico com a informação autorizada vinda do registro de autoridade, e assim é confirmado (Figura 7)

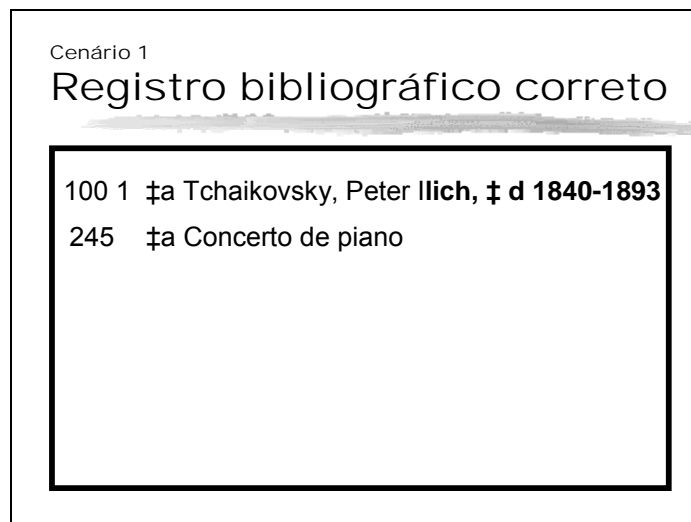


Figura 7

Agora sobre registro não existente na base local? Vamos ver no segundo cenário.

A figura 8 mostra que um catalogador digita uma informação. O sistema local verifica a base de autoridade local e não encontra, então ele informa o catalogador que o cabeçalho não foi encontrado e vai para a Web buscar na base virtual internacional de autoridade.

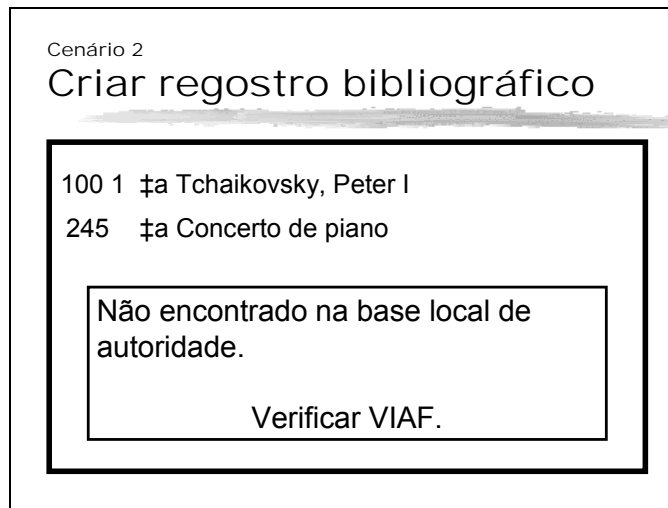


Figura 8

No sistema VIAF é encontrado um regostro criado na Biblioteca Nacional da Rússia (Figura 9). Nosso catalogador verifica e talvez não queira todas as informações mas gostaria de uma referência ou duas e quer uma conexão, então



Figura 9

O sistema local pergunta ao catalogador se ele quer que o sistema crie um regostro de autoridade básico com dados do regostro encontrado e faz uma conexão com ele... e nós clicamos em „sim“ (Figura 10).

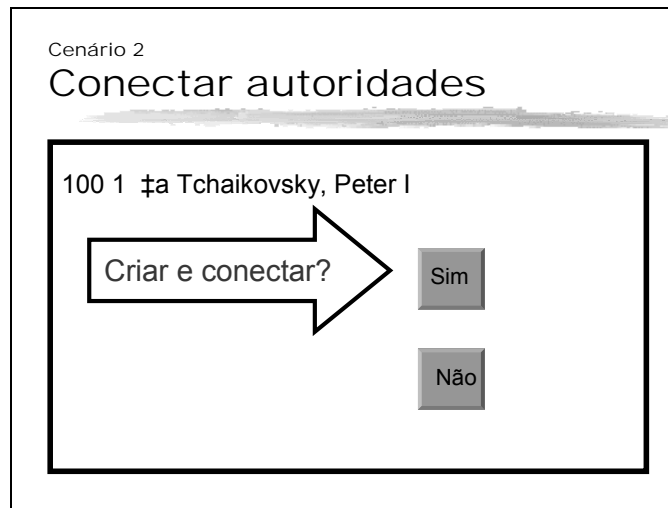


Figura 10

E nosso sistema local automaticamente cria um registro de autoridade local (Figura 11), fazendo a conexão da informação vinda da base virtual de autoridade – isso é do registro vindo da Rússia. O catalogador então adiciona o campo MARC 100, na forma autorizada, de acordo com as regras de catalogação usadas no local, nesse caso o AACR2. E o nosso catalogador pode adicionar outros campos se necessário.

O sistema local adiciona a conexão com o campo 700 – o formato MARC tem os campos 7xx para registros bibliográficos, onde podemos conectar outras formas autorizadas e o numero de controle do registro e a fonte de informação para uma futura conexão. Essa conexão das bases de autoridade poderia primeiramente ser entre bases de autoridades nacionais ou regionais ou agências bibliográficas nacionais – dependendo do modelo escolhido. Nós voltaremos a esse assunto em outro momento.

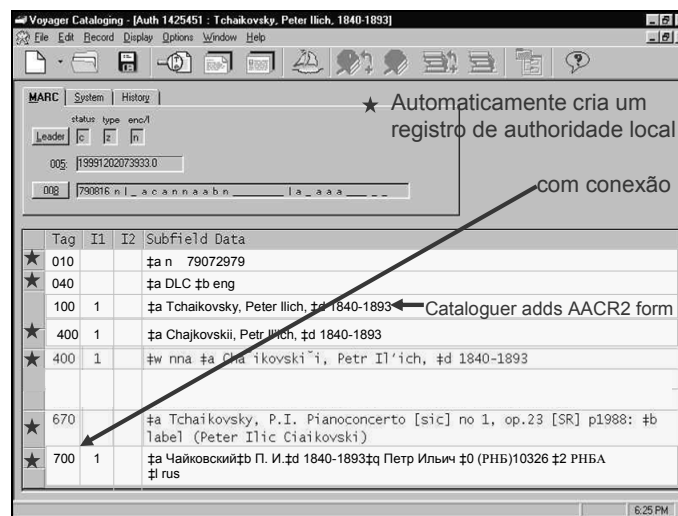


Figura 11

Agora nós vamos adicionar outra conexão com a base virtual internacional de autoridade para a forma autorizada seguindo o AACR2 – note que número de controle do registro para a Biblioteca do Congresso: (LC) n79072979 – e o registro Russo para a mesma entidade na escrita Cirilica – note que o número de controle do registro vindo da Biblioteca Nacional da Rússia.

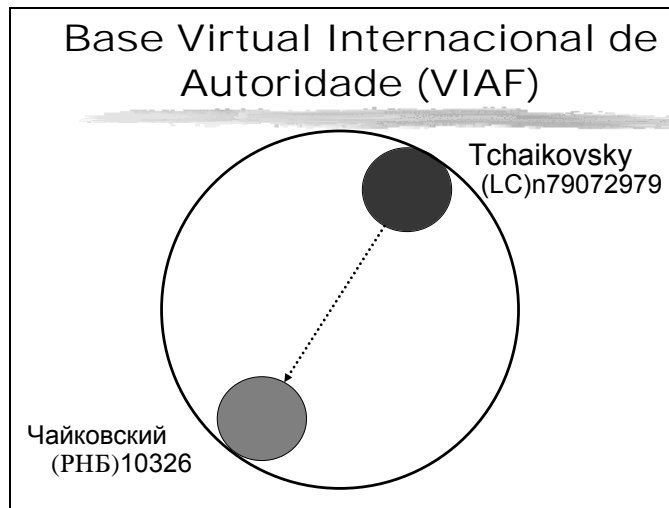


Figura 12

Então o nosso sistema local atualiza o nosso registro bibliográfico local (Figura 13)

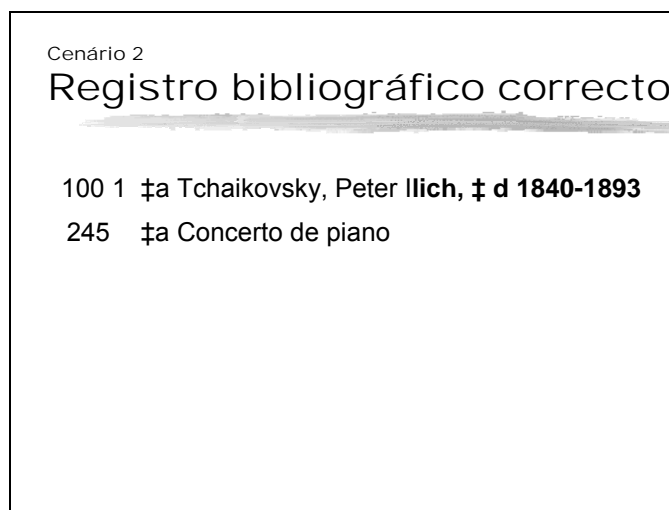


Figura 13

Quando um usuário começa, o sistema local ou os “cookies” para o sistema do usuário, poderia especificar o que eles querem ver na forma Cirilica e nós poderíamos colocar no display para eles (Figura 14).

Nós também podemos imaginar dispôr qualquer escrita ou um teclado em Braille, ou nós poderíamos providenciar o reconhecimento de voz, construir um perfil do usuário ou seus “cookies”.

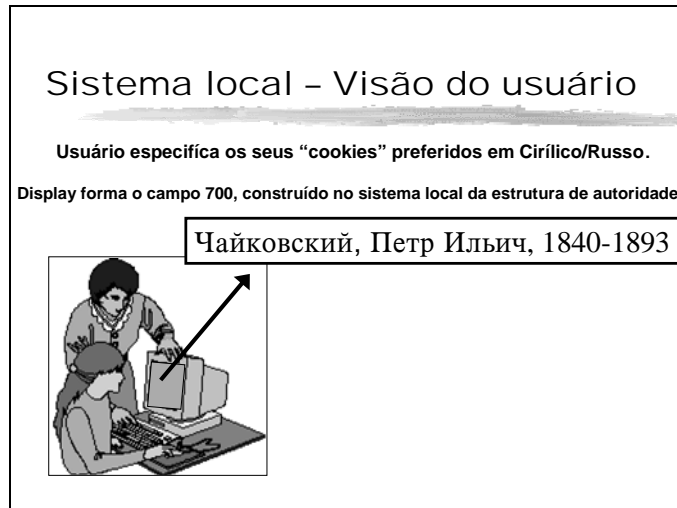


Figura 14

Tag	I1	I2	Subfield Data
010			0 \$a n 80050515
035			0 \$a (DLC)n 80050515
040			0 \$a DLC #c DLC #d DLC #d NIC
100	0		0 \$a Confucius
400	0		0 \$a Konfuzius
400	0		0 \$a K'ung Fu-tzu
400	0		0 \$a Kongzi
400	1		0 \$a Kong, Qiu
400	0		0 \$a K'ung-tzu
400	1		0 \$a K'ung, Ch'iu
400	0		0 \$a K'oshi
400	0		0 \$a Konfu ^ˊ t ^ˊ si ^ˊ i
400	0		0 \$a Kongja
400	0		0 \$a Kung Fu
400	1		0 \$a K'ung, Fu-tzu
400	0		0 \$a Confucio
400	0		0 \$a Конфуций
400	0		0 \$a 孔夫子
400	0		0 \$a 孔子
400	0		0 \$a 孔丘
400	0		0 \$a こうし
400	0		0 \$a コウシ
400	0		0 \$a 孔子
670			0 \$a Jakobs, P. M. Kritik an Lin Piao und Konfuzius, c1983: #b t.p. (Konfuzius)
670			0 \$a Konfu ^ˊ t ^ˊ si ^ˊ i, 1993: #b t.p. verso (551-479 B.C.)
670			0 \$a His Gespr ^ˊ ache (Lun y u), 1910: #b t.p. (Kungfutse)
670			0 \$a Web connection #u http://www.friesian.com/confuci.htm
700	0		0 \$a 孔夫子 #5 HKCAN

Figura 15

A figura 15 não é registro VIAF, mas é um exemplo o que um registro de autoridade da Biblioteca do Congresso pode mostrar com a capacidade Unicode para incluir escrita original como referência cruzada no catálogo da biblioteca. Na verdade com o Unicode os diacríticos da escrita romana poderá aparecer com uma letra do que a letra mostrada aqui, mas isso pode dar uma idéia sobre o que queremos.

Não há uma ordem em particular para o arranjo das referências, exceto para lugar para as escritas não romanas seguindo as escritas romanas. Esse modelo mostra Inglês, Alemão, Italiano, Árabe, Chinês, Japonês, Coreano, Russo, e transliterações (incluindo o sistema Wade-Giles e o pinyin para o Chinês, desde que a Biblioteca do Congresso mudou para o uso do pinyin).

Isso também mostra que o uso do campo 700 para conexão mostra que um registro de autoridade foi localizada no HKCAN e a forma do cabeçalho autorizado de acordo com as suas regras. E sei que no HKCAN eles usam os campos 7xx para a forma autorizada em linguagem alternativa – Inglês ou Chinês – e estão disponíveis para uso essa informação no display do OPAC direto para o usuário para material adicional catalogado sob essa forma alternativa. Isso facilita o controle bibliográfico para colocação do nome da pessoa ou cabeçalho corporativo. Esses registros de autoridade poderiam potencialmente ser um recursos maravilhoso para a futura base virtual internacional de autoridade para ajudar o usuário final no display na língua e escrita que ele preferir e sua base de autoridade já estaria disponível através do OCLC.

Informamos também que o novo MARC21 tem a capacidade de incluir a URL para a página Web no campo de notas 670.

Há vários modelos para um base virtual internacional de autoridade. Para um modelo distribuído (Figura 16) um pesquisador poderá usar um protocolo normalizado como a nova geração do Z39.50 ou SRU/SRW, para pesquisar uma base de autoridade independente de participar de Agências Bibliográficas Nacionais ou autoridades regionais.

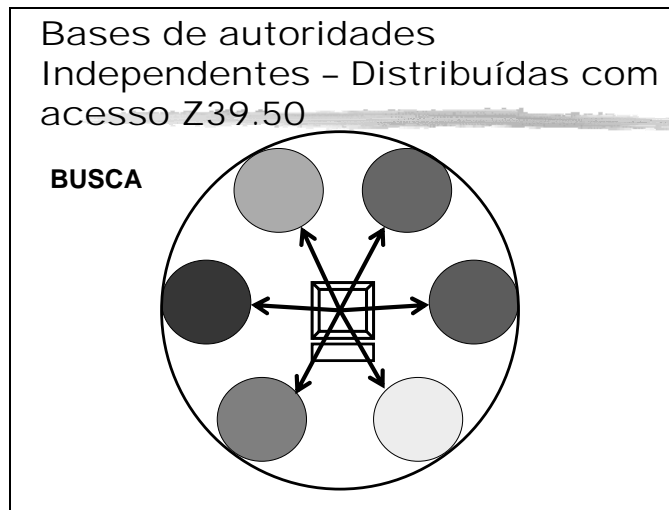


Figura 16

Um outro modelo é ter uma base de autoridade central e conexões com outras, e que não trabalharia com as necessidades dadas por cada agência bibliográfica nacional e com todos os outros participantes nesse universo internacional. Um catalogador poderia ter acesso em todos os registros de autoridade para uma entidade em nível mundial por uma simples busca no catálogo central. Se não há o dado nessa base central, num segundo poderia então fazer pesquisa com o Z39.50 para outras bases (Figura 17).

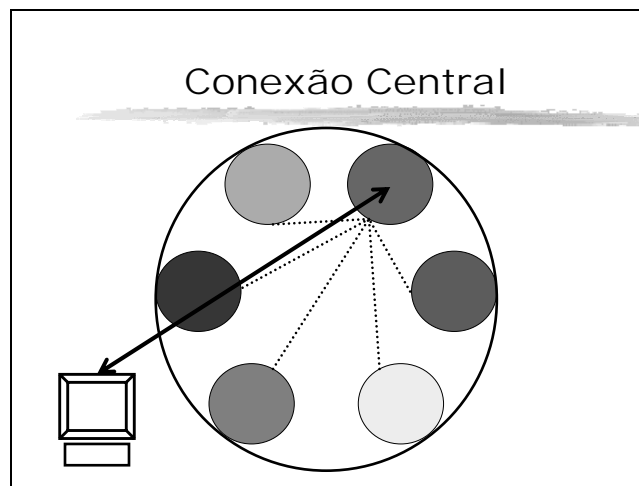


Figura 17

A figura 18 mostra o modelo centralizado. Nós podemos ver que esse modelo é a melhor configuração em termos de manutenção do registro – Iniciativa de Arquivos Abertos (Open Archive Initiative – OAI) modelo de protocolo usado como servidor com um metadado de busca vindo da base nacional de autoridade. Essa informação é atualizada no servidor sempre que há mudanças nas bases nacionais. Isso significa que dia a dia a atividade contínua de manutenção do registro é gerenciada como é agora pela Agência Bibliográfica Nacional (autoridade regional). A menos que

nós construirmos uma conexão, possivelmente nós poderemos perder a precisão na busca nesse modelo, mas há caminhos para incluir as conexões para entidades nesse modelo também.

Tenho certeza que você pode imaginar outras variações desses modelos. E nós precisamos tentar ver como eles são e qual seria o melhor para nós hoje no ambiente Internet.

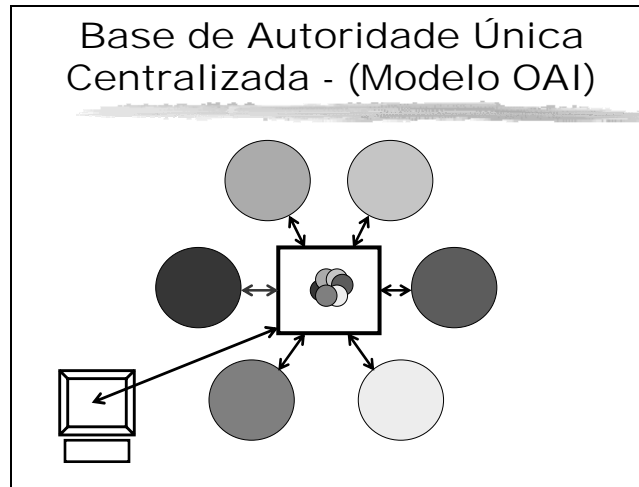


Figura 18

A Biblioteca Nacional Alemã (Die Deutsche Nationalbibliothek - DNB) e a Biblioteca do Congresso juntamente com a OCLC iniciou uma experiência com um projeto conceitual para testar o modelo de base de autoridade única central usando o protocolo OAI (ver Figura 19). O primeiro estágio desse projeto começou em 2003 para conectar nossos registros de autoridades de nomes pessoais, testando os algoritmos de verificação para ver como um computador pode fazer para nós e como será necessária a intervenção humana para comparar e conferir. Se espera que essas provas tenham sucesso e poderá ser a estrutura para a verdadeira Base Virtual Internacional de Autoridades. Nesse ano nós esperamos incluir a Biblioteca Nacional da França nesse projeto.

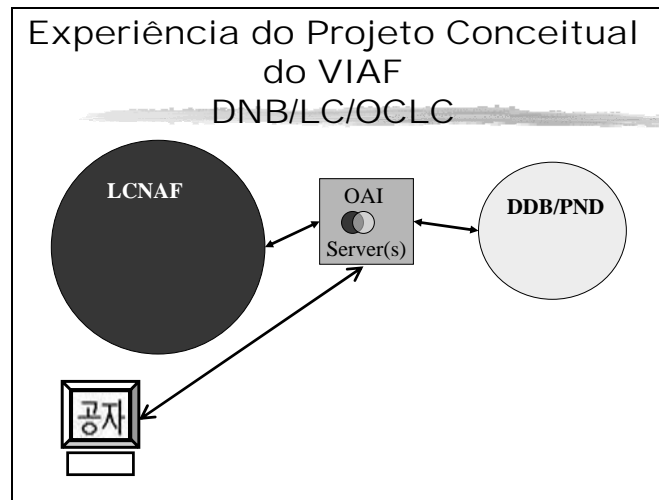


Figura 19

Se nós concordarmos que o intercâmbio de informação de autoridade numa escala global é vantajoso, como poderemos fazer?

Várias bases de autoridade de grande porte existem, construídas de acordo com suas regras próprias de catalogação e regras de interpretação. Nós precisamos de um projeto para conectar os registros que existem para as mesmas entidades – um projeto de verificação retrospectiva.

Uma sugestão tem sido usar algoritmos de verificação, tais como os desenvolvidos por Ed O'Neil e outros da OCLC, construindo chaves bibliográficas para verificação por máquina com um razoável nível alto de acurácia. Esse é o caminho para se ter uma experiência de "projeto conceitual" sendo feito entre a OCLC, Biblioteca do Congresso, e Biblioteca Nacional da Alemanha (Deutsche Bibliothek) em Frankfurt, Alemanha – e logo também com a França.

Nós gostaríamos ainda de fazer um manual de verificação e confirmação, mas a expectativa da verificação via máquina será de grande ajuda.

Nós poderíamos ter o computador adicionando conexões de conjuntos de textos e números de controles do registro e um número de identificação da entidade para facilitar posteriormente conexões e caminhos para as formas preferências para displays.

Nós também poderemos ter a visão de intercambiar base de autoridade internacional como parte integral de uma futura „Web Semântica“. Você pode ter ouvido sobre isso num artigo da Scientific American a poucos anos atrás pelo Tim Berners-Lee, fundador da Internet. A idéia é fazer a Internet mais inteligente para navegação via máquina do que a navegação humana na Web. Isso envolve a criação de uma infraestrutura de conexões de recursos a o uso controlado de vocabulários, e que são chamados de „ontologias“. Essas ontologias poderiam ser usadas para displays mais facéis para os usuários na sua própria língua e escrita (ver Figura 20).

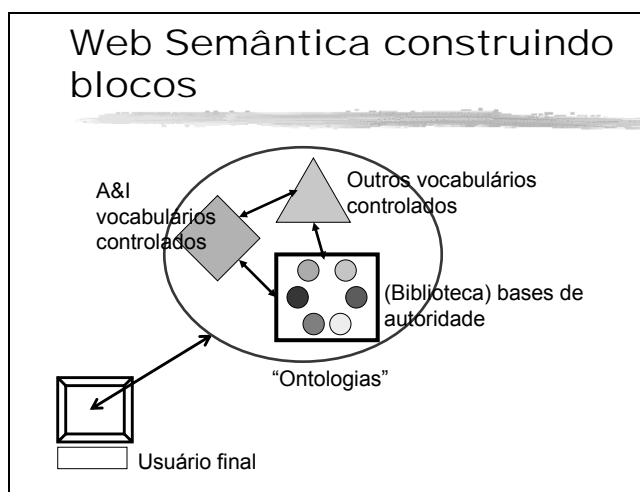


Figura 20

Aqui está onde as bibliotecas tem a oportunidade de contribuir para a infraestrutura dessa futura Web semântica – nós já temos vocabulários controlados em nossas bases de autoridade. Elas poderiam ser conectadas com outros vocabulários controlados e sistemas de classificação, tais como dicionários biográficos, diretórios de telefones, e muitas outras utilidades e fontes de referência para ajudar na implantação da precisão em pesquisas e ajudar os usuários encontrarem o que eles estão procurando.

Na figura 21 você pode ver que nós também poderemos construir motores de busca e futuras ferramentas e como recursos coletivos poderiam nos conectar inteiramente com o mundo digital.

Tudo isso, é claro, nós teremos que construir, com apropriadas garantias de segurança e privacidade e caminhos para identificar e conhecer o recurso que nós podemos confiar, e algum dia, miraculosamente, ter todos as situações relativas ao copyright resolvido – nós definitivamente estamos falando do futuro!

Mas é importante pensar grande sobre as possibilidades e oportunidades para testar isso e pensar sobre como nós podemos ir em busca de nossos sonhos.

A Web tem trazido para nós um novo caminho para transmitir informação. A nova guinada é o nosso catálogo – que é o nosso PC onde o catálogo on-line é mostrado, isso também é o instrumento para ver os objetos digitais e conectar o mundo digital inteiro.

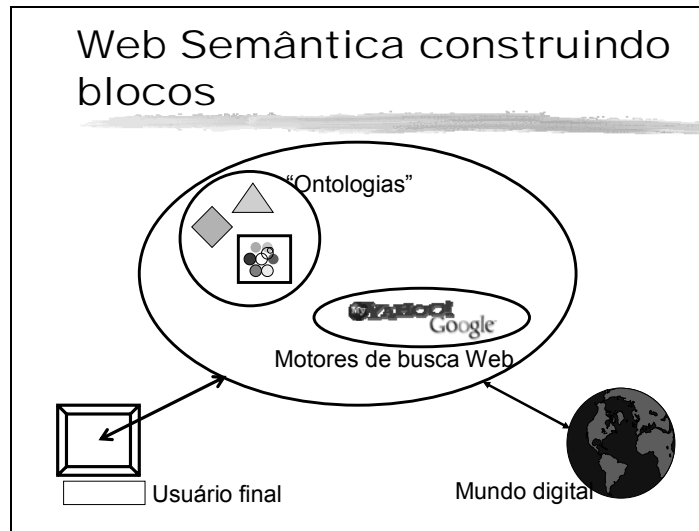


Figura 21

Nós preferimos esse modelo (Figura 22) para agora, e parece ser mais próximo de possíveis modificações - incluindo as conexões para todas as maiores base de autoridades mundiais.

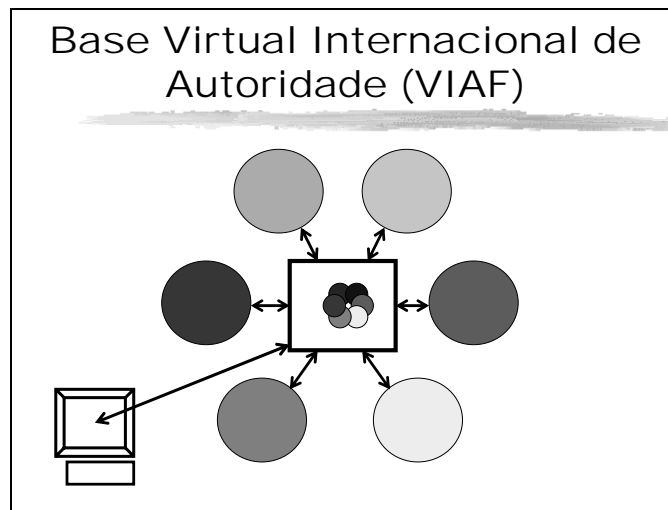


Figura 22

Nós realmente esperamos que possamos preservar as formas locais desses caminhos e conexões para diferentes registros que usam diferentes códigos de catalogação e ainda encontrar as necessidades dos usuários.

A Biblioteca do Congresso e a Biblioteca Nacional da Alemanha (Deutsche Nationalbibliothek) tem trabalhado para iniciar a conexão de suas bases de autoridades para nomes pessoais. Nós temos agora que implementar esse modelo de trabalho e explorar a estrutura de governança para expandir esse modelo para outras grandes bases de autoridade disponíveis em todo mundo. Nosso objetivo é fazer que essas informações estejam viáveis de forma livre para os usuários em nível mundial. Grandes desafios estão ainda por vir mas a tecnologia agora propicia que esses textos sejam possíveis.